

Brasil volta a pagar os juros

Mas suspensão da moratória só com acordo assinado

GIVALDO BARBOSA



Maílson apresentou a Sarney os termos do acordo

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, anunciou ontem, que o Governo brasileiro voltará, a partir de amanhã, a pagar os juros vencidos da dívida externa, suspensos desde março deste ano, mas continuará mantendo a moratória em relação aos novos vencimentos, decretada em março de 1986 até que os 700 bancos credores formalizem oficialmente a adesão ao protocolo sobre o programa financeiro para 1987, 1988 e primeira metade de 1989, assinado com o comitê de 14 bancos, em Nova Iorque, que concretiza finalmente, a renegociação da dívida externa brasileira.

O Governo desembolsa amanhã 345 milhões de dólares referentes aos juros de março. Em seguida desembolsa mais 1 bilhão de dólares correspondente aos juros de abril e maio, dos quais 300 milhões serão desembolsados pelos bancos. E para pagar os juros de junho e julho, o Governo vai reivindicar um empréstimo ponte cujo montante o ministro não quis adiantar, lembrando apenas que já está em negociação com o governo norte-americano e com o governo japonês, com quem manterá negociações brevemente.

O acordo anunciado pelo ministro representa o refinanciamento da dívida de médio prazo no valor de 5,2 bilhões de dólares, com prazos de 12 anos, carência de 8 anos, juros de acordo com a libor, mais taxa de

risco de 0,8125, e da dívida de longo prazo, de 63,6 bilhões de dólares com prazo de 20 anos, 8 de carência, juros pela libor mais taxa de risco de 0,8125.

Feliz com a conclusão da renegociação da dívida externa, o ministro Maílson da Nóbrega lembrou que representou o melhor acordo acertado por um país devedor junto aos credores, para um total renegociado de aproximadamente 80 bilhões de dólares, desde a crise da dívida externa, em 1982, quando o México falhou e o sistema financeiro internacional suspendeu os empréstimos aos devedores. Considerou que foi removido o mais importante obstáculo junto ao sistema financeiro internacional e previu que se criou condições necessárias para a retomada do crescimento econômico em bases sustentáveis. Foi eliminada uma fonte de incerteza que permitirá, frisou, a volta do crescimento a taxas históricas.

Maílson destacou, com ênfase, os pontos do acordo que considera avanços conceituais importantes, como a garantia de lançar bônus no mercado com taxa de desconto implícito de 30 por cento; o direito de pedir revisão do acordo sempre que o Governo for surpreendido por fatores sobre os quais não tem controle, como as taxas de juros, ou dificuldades para exportar o suficiente para pagar juros; a garantia de que a pena acertada com os bancos não prejudicará as reservas cambiais do País

e a garantia de que os desembolsos dos bancos não estarão vinculados ao cumprimento do acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Até outubro, os bancos, segundo Maílson da Nóbrega, devem desembolsar, do total de 5,2 bilhões de dólares, 4 bilhões de dólares. Para tanto, será indispensável a adesão dos 700 bancos ao acordo firmado entre o Governo e o comitê de bancos. Por isso, está condicionado a suspensão da moratória a essa adesão. Restaria para ser desembolsado 1,2 bilhão de dólares: 600 milhões de dólares em dezembro, e os outros 600 milhões de dólares em 1º de janeiro de 1989.

Os 5,2 bilhões de dólares serão utilizados para atender aos seguintes compromissos, conforme informaram os dois negociadores oficiais da dívida externa, Antônio de Pádua Seixas, diretor para assuntos de Dívida Externa do Banco Central, e Ricardo Amaral, secretário para assuntos internacionais: 1 — 2,85 bilhões de dólares de financiamentos paralelos; 2 — 750 milhões de dólares serão utilizados como cofinanciamento para projetos do Banco Mundial; 3 — 1 bilhão de dólares para lançamento de new money; bônus, com 25 anos de prazo, 10 anos de carência e 6% de juros, e 4 — 600 milhões de dólares serão destinados ao financiamento de exportações. Pádua Seixas destacou que esses 600 milhões de dólares serão pagos de uma só vez ao final de nove anos.